

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.512.095 - SP (2015/0008096-0)**

**RELATORA** : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**RECORRENTE** : APARECIDO LUIZ FUZZATTO  
**ADVOGADOS** : DANILO BERNARDES MATHIAS E OUTRO(S) - AC002839  
ANDRESA BATISTA SANTOS E OUTRO(S) - SP306579  
**RECORRIDO** : CESP COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : AIRES PAES BARBOSA - SP169392  
IGNALDO MACHADO VICTOR JÚNIOR E OUTRO(S) -  
SP218265

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL - INDENIZAÇÃO REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS E MATERIAIS.

1. Formação do Lago da Usina Hidrelétrica de Porto Primavera - Desvio do curso do Rio Paraná - Alegação de danos ambientais irreparáveis - Mortandade de inúmeras espécies de peixes - Pedido de indenização - Danos materiais e morais - Prescrição da pretensão reparatória - Sociedade de economia mista prestadora de serviço público - Sujeição ao regime jurídico de direito público - Prescrição quinquenal - Inteligência do Decreto Federal nº. 20.910/32, combinado com a Lei Federal nº. 9.494/97 (artigo 1º-C) - Precedentes - Manutenção da sentença.
2. Recurso não provido.

Opostos embargos de declaração, esses foram rejeitados em acórdão de fls. 1.252/1.258, e-STJ.

Em suas razões do recurso, a parte recorrente sustentou violação aos artigos 177 do Código Civil de 1916 combinado com o art. 2.028 do Código Civil atual, pois seria aplicável o prazo prescricional vintenário às ações de responsabilidade civil em desfavor de sociedade de economia mista.

Alega que o marco inicial do prazo prescricional seria em meados de 1988, "quando foi desviado o curso do rio Paraná a fim de viabilizar as obras da Usina Hidrelétrica de Proto Primavera" (e-STJ, fl. 1.266).

Foram apresentadas Contrarrazões às fls. 1.303/1.319, e-STJ.

Delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaco que a decisão recorrida foi publicada antes da entrada em vigor da Lei n. 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 1973, conforme Enunciado Administrativo 2/2016 desta Corte.

Quanto ao início do prazo prescricional, destaco a conclusão do acórdão (e-STJ, fls. 1.235-1.236/1.239):

Conforme a inicial, a atividade pesqueira na região foi prejudicada em meados de 1988, quando a CESP desviou o curso do Rio Paraná para a viabilização das obras da Usina Hidrelétrica de Porto Primavera. A partir de então, aduz o autor, passou a sofrer com a redução significativa e gradual de sua renda mensal, quando, ao final, em 11/98, com o fechamento das comportas para a formação do lago, a CESP teria decretado o fim de sua atividade pesqueira laborativa.

(...)

Enfim, tendo em vista que a presente ação foi ajuizada em 02/08 (fls. 02) para a reparação de danos materiais e extrapatrimoniais que teriam ocorrido com o fechamento das comportas, em 11/98, não há como deixar de reconhecer a prescrição da pretensão.

Diante disso, sendo certo que esta Corte, no julgamento do recurso especial, considera os fatos tais como delineados pelo acórdão recorrido, verifico que a adoção da tese sustentada no recurso especial (os danos se iniciaram em 1988 com o desvio do rio Paraná) necessitaria do reexame das provas e fatos descritos nos autos, o que é vedado em razão da Súmula n. 7/STJ.

Relativamente ao prazo prescricional, insta salientar que no julgamento do REsp n. 1.354.348/RS, Quarta Turma, DJe 16.9.2014, fixou-se o entendimento de que, nos casos de prejuízos materiais e morais decorrentes de dano ambiental, em razão de atividade desempenhada por pessoas jurídicas de direito público e pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos, incide o prazo prescricional quinquenal.

Em seu voto esclareceu o Relator, MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO:

6. No tocante ao prazo prescricional e a regra efetivamente aplicável, cumpre afastar, de início, a incidência do Decreto n. 20.910/1932, uma vez que ele regulamenta a prescrição de pretensão de qualquer

natureza dirigida contra as fazendas públicas federal, estadual e municipal:

Art. 1º As dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou **ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza**, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem.

Ocorre que a pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público não se insere nesse conceito, o qual abrange tão somente a administração direta e as autarquias das três esferas de Poder Público, bem assim entidades e órgãos paraestatais, criados por lei e mantidos mediante impostos, taxas ou quaisquer contribuições (art. 2º do Decreto-Lei n. 4.597/1942).

[...]

Assim, nos termos da Súmula 39 do STJ, "prescreve em vinte anos a ação para haver indenização, por responsabilidade civil, de sociedade de economia mista".

Nos julgados que deram gênese ao referido enunciado sumular, verifica-se a adoção do prazo vintenário previsto no art. 177 do CC de 1916, haja vista se tratar de demanda de cunho pessoal visando à reparação civil.

Com efeito, à época da edição da referida súmula (maio de 1992), a lei versando sobre o instituto da prescrição era o Código Civil de 1916, razão pela qual, por falta de norma específica, aplicou-se à pretensão pessoal de reparação civil essa regra genérica.

No ano de 2001, a Medida Provisória n. 2.180-35 inseriu o art. 1º-C na Lei n. 9.494/1997, segundo o qual prescreve em 5 anos "o direito de obter indenização dos danos causados por agentes de pessoas jurídicas de direito público e de pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos".

Dessarte, tratando-se de norma específica a regular a prescrição de pretensão indenizatória contra pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público, afasta a prescrição vintenária prevista no diploma civil, passando o prazo prescricional a ser quinquenal.

6.1. Raciocínio idêntico exclui a incidência da prescrição trienal preconizada no art. 206, § 3º, V, do Código Civil de 2002, porquanto é regra básica de hermenêutica jurídica que a lei específica prevalece sobre a genérica.

6.2. Nada obstante, a meu juízo, creio ser possível aplicar-se, no caso em julgamento, o regime jurídico do Código de Defesa do Consumidor, porquanto, como é cediço, apesar de se tratar de dano ambiental, suas consequências **individuais** assumem a natureza, no presente feito, de acidente de consumo, haja vista ser a recorrente concessionária de energia elétrica, tendo sucedido a Companhia

Estadual de Energia Elétrica (CEEE). (grifo nosso).

E mais:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL PROCESSUAL CIVIL (CPC/1973) E CONSUMIDOR. DANO AMBIENTAL. PRAZO PRESCRICIONAL. CINCO ANOS. TERMO INICIAL. INCIDÊNCIA DO CDC. SÚMULA 83/STJ. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO DESPROVIDO. (AgInt no AREsp 697506/RS, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, Julgado em 2.2.2017, DJe de 9.2.2017).

Em face do exposto, nego provimento ao recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora